



# Anais da Assembléia

Nº 151

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE JANEIRO DE 1989

ANO XV

ATOS DA PRESIDÊNCIA

## RESOLUÇÃO Nº 001/89

DATA: 12 de janeiro de 1989.

SÚMULA: Aprova os Termos Aditivos a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, nas datas e com os objetivos que especificam, e também cópia autêntica do Convênio celebrado em 30.11.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, objetivando apoiar a execução do Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas no Estado. (Mensagem do Poder Executivo nº 121/88).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam aprovados os Termos Aditivos a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, nas datas e com os objetivos que especificam, e também cópia autêntica do Convênio celebrado em 30.11.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, objetivando apoiar a execução do Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas no Estado.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 12.01.89.

(a) ANTONIO MARTINS ANNIBELLI  
Presidente

## RESOLUÇÃO Nº 002/89

DATA: 12 de janeiro de 1989.

SÚMULA: Aprova Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com os Municípios, datas e objetivos que especifica. Encaminhando também cópias autênticas de Termos Aditivos a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com os Municípios adiante mencionados, objetivando a construção ou reforma de prédios para unidades policiais. (Mensagem do Poder Executivo, nº 120/88).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam aprovados os convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com as partes, datas e objetivos adiante mencionados:

- a. Municípios de Cascavel (30.06.88), Guarapuava (22.06.88), Formosa do Oeste (27.05.88), Icaraíma (20.04.88), Laranjeiras do Sul (03.08.88) - construção de Delegacias de Polícia padrão "A";
- b. Municípios de Douradina (07.07.88) e Figueira (18.07.88) - construção de Delegacias de Polícia padrão "B";
- c. Município de Formosa do Oeste (27.05.88) - construção de muro na Delegacia de Polícia e Cadeia Pública;
- d. Município de Goioerê (20.04.88) - ampliação da Delegacia de Polícia;
- e. Município de Mamborê (04.07.88) - adaptação do prédio que irá abrigar o Pelotão Policial Militar;
- f. Município de Uraí (10.03.88) - construção de Delegacia de Polícia padrão "D";
- g. Itaipu Binacional, IBDF, SUDEPE e CEMA (05.10.88) - preservação da frota, da fauna e do meio ambiente da área da Usina Hidrelétrica de Itaipu e seu reservatório;
- h. Município de Guarapuava (28.07.88) - demolição do antigo prédio da Delegacia de Polícia e Cadeia Pública;
- i. Município de Toledo (03.03.88) - construção de prédio para unidade da Polícia Militar; e
- j. Município de Centenário do Sul (03.05.88) - reformas na Delegacia de Polícia.

Ainda, ficam aprovados os seguintes termos aditivos a convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, objetivando a construção ou reforma de prédios para unidades policiais:

Município	data do aditamento	data do convênio original
Apucarana(revigoram.)	03.06.88	22.12.87
Assaí	14.09.88	13.11.87
Francisco Beltrão	22.07.88	13.10.87
Loanda	23.05.88	06.11.87
São José das Palmeiras	08.06.88	04.11.87
Toledo	13.10.88	03.03.88

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 12.01.89.

(a) ANTONIO MARTINS ANNIBELLI  
Presidente

3ª Sessão Legislativa da 11ª Legislatura  
ATA DA 117ª Sessão Ordinária  
REALIZADA EM 18 DE JANEIRO DE 1989.  
QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados José Afonso Júnior e Luiz Carlos Alborghetti.

As dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Anibal Khury, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cherigate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Germote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lednidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nimir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (46). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Ferrari Júnior, Lindolfo Júnior, Antônio Costenaro Neto, Edmar Luiz Costa, Hermas Brandão, Lauro Lobo Alcantara e Sabino Campos (07). Achando-se em licença o Sr. Deputado Paulo Furiatti (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

# SESSÃO

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Está em discussão a Ata que acaba de

ser lida. Em votação. Aprovada.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Sr. Presidente requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Vai-se proceder à verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Gostaríamos que Vossa Excelência procedesse à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vai-se proceder à chamada nominal.  
(É procedida a chamada nominal)

Vinte e quatro Srs. Deputados responderam à chamada. Há quórum para a votação da Ata.

Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como estão. - Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Mensagens:

MENSAGEM Nº 07/89

Curitiba, 16 de janeiro de 1989.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais anteprojeto de lei que objetiva a extinção da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio.

Os resultados pretendidos pelo meu Governo nos campos econômicos e social, com o intuito de dar ao Paraná e a seu povo condições do máximo desenvolvimento possível, exige uma constante verificação do funcionamento da máquina administrativa estadual, buscando sempre sua adequação no sentido de obter-se, através de sua maior eficiência, um desempenho a custos compatíveis com a atual conjuntura econômica nacional, produzindo-se o mais que se puder conseguir com recursos públicos que não se esgotem apenas na própria estrutura administrativa, mas sirvam também a investimentos no processo de desenvolvimento.

A reforma administrativa em nosso Estado não se esgota com o advento da Lei n. 8.485, de 3 de junho de 1987, nela própria estando expressa a necessidade de acompanhamento governamental ininterrupto de sua implantação. Esse permanente acompanhamento tem revelado a conveniência de reajustes na máquina administrativa pública.

Assim, face às recentes medidas tomadas com relação ao remanejamento de algumas entidades vinculadas à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, bem como

de extinção e desativação de outras, en-  
contra-se a referida Pasta reduzida em  
suas funções, o que enfatiza a necessidade  
de sua extinção, mais uma vez, dentro de  
uma política de redução do aparato gover-  
namental, no momento extremamente oneroso  
aos cofres públicos.

Com relação às atividades até então  
desenvolvidas pela Secretaria de Estado da  
Indústria e do Comércio, ressalta-se que  
estas continuarão sob responsabilidade dos  
órgãos e entidades remanejadas a outras  
Secretarias de Estado, sem prejuízo ao se-  
tor.

Por outro lado, em face da urgência e  
relevância da matéria, solicito que o an-  
teprojeto de lei em causa seja apreciado  
durante o atual período de reuniões ex-  
traordinárias dessa Augusta Casa de Leis,  
convocado através da Mensagem nº 122/88,  
de 25 de novembro de 1988.

Certo de que a medida proposta merece-  
rá dessa Colenda Casa o necessário apoio e  
conseqüente aprovação, reitero a Vossa Ex-  
celência os meus protestos de elevado  
apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

#### PROJETO DE LEI Nº 010/89

Art. 1º - Fica extinta na estrutura  
organizacional básica do poder Executivo  
Estadual a Secretaria de Estado da Indús-  
tria e do Comércio - SEIC, de que tratam a  
Lei nº 8.485, de 3 de junho de 1987 e o  
Decreto nº 1.359, de 15 de setembro de  
1987, que aprovou o respectivo regulamen-  
to.

Art. 2º - Ficam à disposição da Secre-  
taria de Estado da Administração - SEAD,  
para fins de realocação, o pessoal, sem  
prejuízo de sua situação funcional, e o  
patrimônio da Secretaria de Estado da In-  
dústria e do Comércio.

Art. 3º - Os contratos, acordos, con-  
vênios e termos de ajuste que se encontram  
em execução pelo órgãos extinto terão sua  
continuidade sob a responsabilidade do ór-  
gão ou entidade a quem foi atribuída a  
competência dos serviços.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo auto-  
rizado a transferir os saldos orçamentá-  
rios e créditos adicionais, dentro de seus  
respectivos limites, aos órgãos que tive-  
rem incorporadas ao seu campo de atuação  
atividades relativas à Secretaria de Esta-  
do da Indústria e do Comércio.

Art. 5º - Ficam extintos os cargos de  
provimento em comissão da Secretaria de  
Estado da Indústria e do Comércio, na for-  
ma do Anexo à presente Lei.

Art. 6º - As atribuições concernentes  
à promoção das medidas normativas e execu-  
tivas de defesa e preservação dos recursos  
naturais não revogáveis, especialmente os

minérios, a que se refere o art. 31, da  
Lei nº 8.485, de 3 de junho de 1987, pas-  
sam ao âmbito de atuação da Secretaria de  
Estado da Agricultura e do Abastecimento -  
SEAB.

Art. 7º - As atribuições referentes ao  
registro, controle e fiscalização de ati-  
vidades comerciais e as referentes à me-  
tologia, a que se refere o art. 31 da Lei  
nº 8.485, de 3 de junho de 1987, passam ao  
âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 8º - As atribuições referentes à  
pesquisa e experimentação tecnológica, a  
que se refere o art. 31 da Lei nº 8.485,  
de 3 de junho de 1987, passam ao âmbito de  
atuação da Secretaria de Estado do Plane-  
jamento e Coordenação Geral.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na  
data de sua publicação, revogadas as dis-  
posições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

A N E X O de que trata o art. 5º  
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO EXTINTOS  
- Secretaria de Estado da Indústria e do  
Comércio

Nº de Cargos	Denominação	Simbologia
01	Secretário de Estado	-
01	Diretor Geral de Secre- taria de Estado	DAS-1
01	Chefe do Escritório da Indústria e do Comércio	DAS-3
01	Chefe de Gabinete do Se- cretário de Estado	DAS-5
02	Assessor	DAS-5
01	Chefe da Coordenadoria de Atracção de Investim.	DAS-5
01	Chefe da Coordenadoria de Desenvol. Comercial	DAS-5
01	Chefe da Coordenadoria de Desenvol. Industrial	DAS-5
03	Assessor	1-C
03	Técnico de Planejamento	1-C
03	Oficial de Gabinete	6-C

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO Nº 1167

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,  
no uso de suas atribuições regimentais,  
REQUER, preferência de discussão e votação  
do Projeto de Lei nº 09/89, oriundo da  
Mensagem nº 01/89.

Sala das Sessões, em 18.01.89.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

##### REQUERIMENTO Nº 1168

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,  
no uso de suas atribuições regimentais,  
após ouvido o Plenário, respeitosamente

REQUER, dispensa de discussão e votação da Redação Final para os Projetos de Lei aprovados em 3ª. Discussão que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 18.01.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N° 1169

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma das disposições regimentais, REQUER à Douta Mesa Executiva:

CONSIDERANDO que o jovem José Henrique Zanoncine Lins, de 18 anos, foi brutalmente assassinado com um tiro de escopeta à queima-roupa, pelo cabo da Polícia Militar Hélio Gusmann, no último dia 16, quando procurava apanhar seus documentos para apresentá-los à autoridade policial;

CONSIDERANDO que o brutal ato se constitui numa ameaça à sociedade, pois revela o despreparo de elementos incumbidos de zelar pela segurança pública;

CONSIDERANDO que a sociedade, no uso de seus legítimos direitos exige a reparação de tão covarde atentado contra um seu membro, que teve o direito à vida roubado;

REQUER, o encaminhamento de apelo ao Senhor Secretário de Estado da Segurança e, extensivamente ao Senhor Comandante da Polícia Militar, que tomem as providências cabíveis, para que o culpado, ou culpados, por tão covarde crime, sejam responsabilizados e penalizados na forma da lei. E, ainda, que diante das condições salariais recém aprovadas por esta Casa, aos policiais militares, que sejam os critérios para ingresso naquela corporação, atualizados de forma a não mais permitir a presença de elementos despreparados para tão importante função, que é o da prevenção e defesa da segurança pública.

Sala das Sessões, em 18.01.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1170

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem requerem à Mesa, ouvido o Plenário, seja constituída, em caráter de urgência, uma COMISSÃO INTERPARTIDÁRIA ESPECIAL para defender a preservação dos órgãos de interesse para a integração e desenvolvimento da Região Sul, como a SUDESUL e agir de maneira que achar conveniente para a defesa dos interesses do Paraná.

Os subscritores avaliam como extremamente negativo o impacto que será causado sobre a Região Sul se for desativado este órgão regional de vez que a SUDESUL tem se revelado promissor para a realização de estudos e liberação de auxílios que reduzem os efeitos da defasagem sócio-econômica

da da Região Sul em relação ao todo nacional.

Sala das Sessões, em 18.01.89.

(aa) GERNOTE KIRINUS, WERNER WANDERER, ACYR-MEZZADRI, ARTAGÃO MATTOS LEAO.

Apoio: Lindolfo Júnior

REQUERIMENTO N° 1171

Senhor Presidente.

Ao votar o Orçamento do Estado para 1989, surpreendeu-nos a existência de dotação superior a 27 bilhões de cruzados velhos para a manutenção dos serviços lotéricos do Estado do Paraná. Tais serviços não constam no Orçamento como fonte de receita, entretanto, consta como despesa. Parece ilógico que uma loteria não consiga auto sustentar-se. Se isto for verdade, qual a justificativa para sua existência?

Neste momento, tramita nesta Casa de Leis o Projeto de Lei n° 303/88, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, autorizando Poder Executivo a instituição de novas modalidades de loterias.

Parece-nos imprescindível conhecer a realidade das atuais loterias para que se possa votar tal propositura.

Sem entrar no mérito da antiga discussão sobre a finalidade social destes serviços, e, sequer, o seu objetivo do ponto de vista do anestesiamiento social, uma versão moderna do histórico "pão e circo" com a inexistência do pão.

Diante do exposto, REQUEIRO, após a manifestação do Plenário, informações sobre os seguintes quesitos:

1. Qual é a arrecadação, por extração, da Loteria Estadual? Como é arrecadado? Qual a distribuição dos recursos obtidos? Quais as entidades beneficiadas em 1988?

2. Qual é a arrecadação, por concurso, da LOTOPAR? Qual o montante arrecadado? Qual a distribuição dos recursos? Quais os beneficiários, em 1988, com os respectivos montantes?

3. Qual a justificativa para o repasse de recursos orçamentários destinados à manutenção dos serviços lotéricos?

Sala das Sessões, em 18.01.89.

(a) PEDRO TONELLI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente e Senhores Deputados. (Lê)

Como todos os brasileiros, estamos desencantados mas sabemos que o momento não é oportuno para nos deixarmos levar pelo desânimo. O Plano Verão precisa do nosso apoio, não porque devamos isto ao Governo Federal, mas porque esta pode ser a última alternativa para nos salvarmos do

monstro da hiperinflação.

Não queremos ceder ao pessimismo. Mas, ao acordarmos hoje lemos em todos os jornais as notícias de que o Presidente Sarney decidiu deixar a cargo do Congresso Nacional a questão das demissões dos 90 mil funcionários federais contratados sem concurso, nos últimos cinco anos. Já alertávamos sobre o risco do Governo ser o primeiro a "roer a corda" do Plano Verão.

Não bastando o fato do Governo Federal ter - fazendo de conta que negava - confirmado aos empresários que o congelamento de preços iria acontecer. Não bastando ele ter permitido que os preços fossem realinhados, mas não o salário do trabalhador, agora não quer assumir a responsabilidade pelas medidas que ele próprio editou, determinando as demissões.

O povo está desiludido. O Governo não tem credibilidade. O País passa hoje por sua derradeira prova de sobrevivência. Que o Governo Federal comete erros, isto não é de hoje. Que o novo pacote econômico tem falhas, não resta dúvidas. Mas esta não é a parte mais preocupante. O problema maior é que, além da falta de credibilidade o Governo começa a dar demonstração de que pretende interromper o curso das medidas.

A imprensa nacional anuncia que o Governo Federal tem dois milhões de servidores - um número excessivamente elevado até mesmo se todos os órgãos e empresas estatais cumprissem como se espera o seu dever. Não bastando isso, são consumidos, no pagamento de seus salários, mais que a dívida externa brasileira. É claro que são cidadãos brasileiros que precisam de seus empregos. Mas o país precisa ter a máquina governamental enxuta para poder funcionar sem prejuízos para a Nação.

Outra questão preocupante, voltando à falta de credibilidade do Governo, é o modo como será feita a fiscalização do congelamento dos preços. Muito embora a população esteja desinteressada e desanimada, este é o único meio de garantir o pouco valor que ainda têm os salários, que estarão congelados por três meses, sem garantias efetivas de que a inflação também vai ficar inerte.

O Governo precisa se aparelhar o mais rapidamente possível para atender à população e evitar que ela fique ainda mais descrente, pondo em risco o sucesso do Plano pela desilusão. É hora das instituições governamentais mostrarem serviço, contribuindo com sua parte para garantir a eficácia do Plano Verão.

Vemos nele várias falhas e muitos riscos. Mas não podemos perder esta que pode ser a última oportunidade de conseguir por a casa em ordem. (Termina de ler)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não ha-

vendo oradores inscritos para o Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PDS se fará uso do horário.

(Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDC se fará uso do seu horário.

(Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL se fará uso do seu horário.

(Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PTB se fará uso do seu horário.

(Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT se fará uso do seu horário.

(Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PT se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados (Lê),

"Na última semana, o Plenário desta Casa aprovou, por vontade da Bancada do PMDB, mensagem do Governo, do Executivo paranaense, concedendo reposição salarial para o funcionalismo do Estado do Paraná. Numa manobra que desagradou profundamente os servidores, o Governo decidiu parcelar as suas reposições, parcelar o direito deles de 139% de reposição do ano passado, destinado a cobrir as perdas deste mesmo ano.

Este reajuste já é por ora conhecido, que não atendeu as reivindicações do funcionalismo, pois implica em pesadas perdas. O DIEESE, cuja confiabilidade e seriedade não pode ser comparada com aquela que possui o Governo que aí está, calcula que a inflação de janeiro vá ficar em torno de 50%. Certamente o Governo vai promover expurgos e maquiar o índice da inflação, como já fez tantas e tantas vezes. Por aí nós podemos avaliar como é que vai ficar a situação do funcionalismo público. Mas, para agravar a situação, agravar ainda mais, está estampado nas manchetes dos jornais de hoje, jornais do Estado do Paraná, que o Governador do Estado anuncia que pretende rever a questão da segunda parcela de reajuste, de 39%, que seria dada em março. Ninguém de nós, de sua consciência, pode alegar desconhecimento de que este reajuste refere-se exclusivamente à reposição das perdas de 1988.

Convenhamos, Srs. Deputados, esta postura do Governador é absolutamente leviana e mal intencionada.

Na última sexta-feira, diante das evidências do novo congelamento, a SANEPAR aproveitou e aumentou as suas tarifas em

42% da tarifa de água. O Governo Federal, por sua vez, teve a petulância de elevar astronomicamente todas as suas tarifas. Os preços foram congelados no pico, enquanto os salários ficaram lá embaixo.

Caso o Governo insista nesta insensatez, os servidores terão uma perda superior a 100%. Isso é inaceitável. Esperamos que, realmente, o Governador Álvaro Dias aja com seriedade. É o mínimo que se espera, neste momento de sacrifícios.

Já dissemos aqui tantas vezes que este Governo perde a compostura diante das pressões dos empresários, como tão bem mostrou, por ocasião da discussão e votação do projeto que cria o ICMS. Agora o Governo se vê novamente constrangido a se curvar diante do "lobby" empresarial, numa inequívoca demonstração de fraqueza.

Estou me referindo quando da extinção da Secretaria da Indústria e do Comércio, que durou menos de uma semana. Para evitar vexames como este seria preferível que antes de o Governo tomar qualquer decisão, o Governador pedisse permissão aos empresários, dialogasse antes, para que não ocorresse e não passasse por tais vexames, como ocorreu quando da extinção desta Secretaria, e que agora, sob pressão, à primeira pressão dos empresários, ele volta atrás.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a reforma administrativa já está mais desvalorizada do que o próprio cruzado, pois vacilações como esta só desgastam a imagem e a postura do Executivo.

Outro aspecto que merece uma rápida análise é a insistência desse Governo em interpretar as leis ao seu modo e à sua conveniência.

A nova Constituição Federal é aplicada naquilo que interessa ao Governo do Estado principalmente aquele capítulo que trata do sistema tributário que permite a criação de novos impostos. Nisso este Governo que aí está, interpreta favoravelmente a si e aplica esse capítulo do sistema tributário. Mas no que se refere às medidas administrativas, o Governo Álvaro Dias insiste em se basear na velha Constituição do Estado do Paraná, recorrendo a expediente pouco plausível que são os decretos.

Se nós abrirmos o Diário Oficial de ontem e anteontem estamos vendo que matérias importantes de interesse do Estado do Paraná estão sendo realizadas por decreto. Não se apela ao Legislativo para extinguir Secretarias, para provocar demissões, para acabar com a Secretaria de Reforma Agrária, extinguir o cargo de Secretário. Para isso não se apela ao Legislativo Estadual.

Apela-se ao Legislativo Estadual quando é para criar impostos e quando é para tomar decisões, que são decisões polêmi-

cas, e para ferrar os trabalhadores do Paraná.

Apela-se ao Legislativo paranaense para aprovar matérias que provocam essas manchetes absurdas. Manchetes como esta:

"O Poder Judiciário sofreu sua maior agressão pelo Legislativo." Essa sim, se coloca na conta do Legislativo.

Outras como essa: "Magistrados revoltados com o veto dos Deputados". Aqui não se diz que os magistrados estão revoltados com a postura do Executivo.

Notícia como esta: "Legislativo desconhece projeto dos magistrados". Ou como essa: "Projeto do Tribunal de Justiça acaba rejeitado pelo Legislativo".

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está na hora de acordarmos, porque o Executivo está usando dois pesos e duas medidas com o nosso Legislativo e com o povo do Paraná. Quando lhe interessa, usa a nova Constituição, e no outro momento, quando lhe interessa também, usa o decreto-lei, já abolido pelo novo momento político em que vivemos no Brasil.

Espero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que isso passe a não ocorrer mais.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Consulto a Liderança do PL se fará uso do seu horário. (Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PSDB. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB. (Declina).

Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei nº 09/89. - Aprovado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, não há quorum.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foi feita chamada nominal para a Ata, agora Vossa Excelência pode requerer nova verificação de votação.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Solicito verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (José Afonso Júnior) (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 26 Srs. Deputados responderam à chamada. Não há quorum para a votação.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 303/88, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza o Poder Executivo instituir e explorar novas modalidades de concursos lotéricos. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 09/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 01/89), objetivando autorizar a Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, a alienar o lote de terreno nº 1-A, da zona "D", situado no quadro urbano da cidade de Foz do Iguaçu, com área de 9.778,90 m², descrito na averbação nº 01 da matrícula nº 35.840, do Registro de Imóveis da Comarca. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. (Public. no DA nº 146, de 11.01.89).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 009/89

##### PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 001/89, o presente projeto de lei visa autorizar a Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR a alienar o lote de terreno nº 1-A, da Zona "D", situado no quadro urbano da cidade de Foz do Iguaçu, com área de 9.778,90 m², descrito na averbação nº 01, da matrícula nº 35.840, do Registro de Imóveis da Comarca.

A sobredita alienação em nada fere aos superiores interesses da Administração, pois como vemos esclarecidos os motivos inclusos na mensagem acima citada, a área mencionada encontra-se ociosa e sem qualquer utilização ou destinação específica aos objetivos sociais da PARANATUR. O produto objetivo de tal alienação será utilizado pela mesma em sua participação na execução do projeto do Centro de Convenções de Foz do Iguaçu.

O pedido de autorização legislativa, inclusa na citada Mensagem Governamental, encontra-se devidamente justificado, dispensando qualquer comentário a respeito.

Nestas condições, é o nosso parecer

favorável, opinando-se pela aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.01.89.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

Encerrada a discussão.

O SR. GERNOTE KIRINUS (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, nós temos um requerimento de suma importância e urgência com relação à composição de uma comissão interpartidária, para acompanhar junto com os Deputados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que já estão mobilizados no Congresso Nacional à semana entrante, a semana que vem, para ver a questão da SUDESUL. Ficaria vergonhoso ao Paraná, dado que já existem dúvidas quanto à posição do Paraná em querer a extinção da SUDESUL, e quando não é verdade, esta não é a vontade expressa, quando esta Bancada de mobilizou para manter no orçamento, onde havia sido zerado a questão da SUDESUL, se nesse momento nós estaríamos ausentes e não estaríamos acompanhando os nossos companheiros e colegas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Eu gostaria, Sr. Presidente, que talvez pudesse o Plenário aqui autorizar Vossa Excelência em que essa Comissão, esse requerimento fosse votado, dado a sua urgência e dado a importância do Paraná nessa luta pela região sul do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há número para votação, mas a Mesa vai consultar as Lideranças. Pelo PMDB, aprovam a ida de uma Comissão para Brasília, a fim de tratar do assunto da SUDESUL. Aprovado. Partido do PDC, PDT, PFL, PT, PTB, PSDB. Está aprovado o requerimento pelas Lideranças e a Mesa solicita que se indiquem os membros que irão a Brasília. A Mesa sugere que se envie três representantes: um representante da Bancada majoritária, que é o Deputado Gernote Kirinus, o autor do requerimento, e os outros dois a Mesa solicita às Lideranças da Oposição que façam a indicação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Só para registrar a presença nesta Casa do Vereador Tadeu Bosa, do Município de Almirante Tamandaré, acompanhado pelo Sr. Adílio Santana, que é o Patrão do CTG "Estância 08 de Dezembro", que hoje dá o prazer de suas visitas aqui neste Plenário.

O SR. EDUARDO BAGGIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu solicitaria de Vossa Excelência um esclarecimento quanto às sessões seguintes, em virtude que no próximo dia 20 encerra o período extraordinário.

rio. Se serão feitas as próximas sessões relativas ao item 02 da Ordem do Dia de hoje, visto que o item 1º já está em 3ª Discussão. Que Vossa Excelência nos dê esclarecimento como vão ficar as sessões até o dia 20 ou posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Assembléia foi convocada até o dia 20. Tem a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Peço só uma questão de ordem. Eu requeiro a Vossa Excelência, que declare encerrado o período, porque não há condições físicas de se votar as matérias constantes do Edital de Convocação.

Portanto, nós temos só duas sessões, e, hoje não houve número, está em 1ª Discussão o projeto da PARANATUR.

Então, não há condições efetivas de se votar dentro do período, pelo que, eu requeiro a Vossa Excelência consultar a Casa, e, declare encerrado o período.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Decisão das Lideranças.

Como vota a Bancada do PMDB?

Favorável.

Do PL?

Favorável.

Do PFL?

Favorável.

Do PDT?

Favorável.

Encerrado.

Do PSDB?

Favorável.

Encerrado o período de convocação extraordinária.

Sobre a mesa, requerimento de nº 1169, de autoria do Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1171, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1168, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente.

Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para primeiro de março, à hora regimental.

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 005/89

1º - mandar contar, para todos os efeitos

legais, nos termos do Art. 150 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de SEBASTIAO DE LIMA CARDOSO, matrícula nº 172, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B" do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondentes ao dobro das férias de 1988; e,  
2º - mandar contar, para efeitos de aposentadoria e disponibilidade, de conformidade com o Art. 130, item I, da referida Lei nº 6174, e embasada no parágrafo 3º, do Art. 40, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, o tempo de três (03) anos, três (03) meses e cinco (05) dias, período compreendido entre 23 de janeiro de 1959 a 28 de abril de 1962, conforme certidão em anexo, em que prestou serviços na Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, neste Estado.

(Protoc. nº 019/89).

PORTARIA Nº 006/89

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARLENE PERRY GONÇALVES, matrícula nº 158, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, referentes ao dobro das férias de 1988, deixadas e gozar; e,  
II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da referida Lei nº 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 07 de março de 1982 a 07 de março de 1987.

(Protoc. nº 10460/88).

PORTARIA Nº 07/89

mandar contar, para efeito de aposentadoria, nos termos da Lei nº 7634, de 13 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto nº 5434, de 16 de setembro de 1982, em favor de SERGIO ZACARIAS, matrícula nº 406, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de onze (11) meses e quatro (04) dias, períodos compreendidos entre 06.11.63 a 30.05.64; 01.06.64 a 01.09.64; e de 26.11.64 a 04.01.65, em que prestou serviços em atividades regidas pela Lei Federal nº 3807, de 26 de agosto de 1960.

(Protoc. nº 11548).

PORTARIA Nº 08/89



mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de IZAIR PEREIRA FLORES, matrícula n° 206, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 07 de novembro de 1984 a 07 de julho de 1988, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias dos anos de 1976, 1978, 1985, 1986 e 1987, contadas em dobro.

(Protoc. n° 10039/88).  
Gabinete da Diretoria Geral, em 18.01.89.

(a) CARLOS DOUGLAS BOKOWSKI  
Diretor Geral

(Prot. n° 019/89)

Gabinete da Diretoria Geral, em 18.01.89

(a) CARLOS DOUGLAS BOKOWSKI  
Diretor Geral

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

11.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 5.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de dezembro de um mil novecentos e oitenta e oito, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Cândido Bastos, Homero Oguido, Caíto Quintana, Hermas Brandão, José Afonso Júnior, Djalma de Almeida César e Quielise Crisóstomo. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos. Não havendo expediente a ser lido e dispensada a leitura da Ata, passou-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 110/88, de autoria do Deputado Gernote Kirinus. Relator: Deputado Djalma de Almeida César, requer seja o mesmo transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 02) Projeto de Lei n° 326/88, de autoria do Deputado Paulino José Delazeri. Relator: Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 345/88, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 131/88. Relator: Deputado Cândido Bastos. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 04) Proposição n° 112/88, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 120/88. Relator: Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO, com Projeto de Resolução. 05) Proposição n° 114/88, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 121/88. Relator: Deputado Cândido Bastos. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO, com Projeto de Resolução. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião, da

qual para constar e produzir os efeitos legais, laurei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim, Everlei Terezinha Cleto Chaves, Secretária da Comissão.

(aa) Deputado TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

EVERLEI TEREZINHA CLETO CHAVES

Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

11.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 5.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de dezembro de um mil novecentos e oitenta e oito, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Hermas Brandão, José Felinto, Acyr Mezzadri, José Afonso Júnior, Lauro Alcantara, Cândido Bastos, Homero Oguido e Djalma de Almeida César. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos. Não havendo expediente a ser lido e dispensada a leitura da Ata, passou-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 348/88, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 130/89. Relator: Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 349/88, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 132/88. Relator: Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, laurei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim, Everlei Terezinha Cleto Chaves, Secretária da Comissão.

(aa) Deputado TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

EVERLEI TEREZINHA CLETO CHAVES

Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

11.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 1.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de janeiro de um mil novecentos e oitenta e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Caíto Quintana, Erondy Silvério, Acyr Mezzadri, José Afonso Júnior, Hermas Brandão, Lauro Alcantara e Edmar Luiz Costa. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos. Não havendo expe-

diente a ser lido e dispensada a leitura da Ata, passou-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 322/88, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n° 760/88-GP, que dispõe sobre os vencimentos da magistratura e dá outras providências. Relator: Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO na forma do SUBSTITUTIVO GERAL. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Deputados presentes, e por mim, Everlei Terezinha Cleto Chaves, Secretária da Comissão.

(aa) Deputado TADEU LÚCIO MACHADO  
Presidente  
EVERLEI TEREZINHA CLETO CHAVES  
Secretária

COMISSÕES DE FINANÇAS, DE OBRAS PÚBLICAS  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES E DE SEGURANÇA  
PÚBLICA

11.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 1.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONJUNTA

Aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano de um mil, novecentos e oitenta e oito, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros das Comissões de Finanças, Obras Públicas, Transportes e Comunicações e de Segurança Pública, sob a presidência do Senhor Deputado Raul Lopes para receber os depoimentos dos Senhores Secretários Luiz Chemin Guimarães, da Finança, e Rubens Bueno, do Trabalho e Ação Social, sobre o Projeto de Lei n° 349/88, oriundo da Mensagem n° 132/88, que trata da alienação dos bens imóveis onde se acha instalada a Prisão Provisória de Curitiba, bem como da emenda aditiva, que se refere a municipalização e privatização das unidades da ação social em nosso Estado. Os Senhores Secretários de Estado foram argüidos pelos Senhores Deputados Raul Lopes, Artagão Mattos Leão, Cândido Bastos, Algaci Túlio, Luiz Carlos Alborghetti, Caíto Quintana, José Afonso Júnior e Djalma de Almeida César, sobre as questões que ficaram em dúvida quando da apresentação do projeto de lei em plenário, conforme notas taquigráficas em anexos. Ao encerrar os depoimentos, o Senhor Deputado Raul Lopes agradeceu aos Senhores Luiz Chemin Guimarães e Rubens Bueno, bem como aos seus auxiliares que compareceram à reunião e declarou em nome dos Senhores Presidente e demais membros das Comissões de Finanças, Obras Públicas, Transportes e Comunicações e de Segurança Pública, satisfeito com as respostas recebidas e que essa reunião extraordinária seria plenamente dispensável se a mensagem em pauta viesse mais consubstanciada e afirmou, na oportu-

nidade, que as Comissões ora reunidas, dão total apoio ao Projeto de Lei n° 349/88. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos e para que os mesmos produzam os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e pelos Presidentes e membros das Comissões de Finanças, de Obras Públicas, Transportes e Comunicações e de Segurança Pública e por mim, Severo Olímpio Sotto Maior, que secretariei a presente reunião.

Sala das Comissões, em  
(aa) Deputado RAUL LOPES  
Presidente  
Deputado CÂNDIDO BASTOS  
Presidente  
Deputado ACYR MEZZADRI  
Presidente  
SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR  
Secretário

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA - 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 1.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de janeiro de mil novecentos e oitenta e nove na sala de reuniões desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas, com a presença dos Senhores Deputados, membros da Comissão. De acordo com o Regimento Interno e havendo número legal, usou a palavra o Senhor Presidente da Comissão, Deputado Hermas Brandão, declarando abertos os trabalhos da presente reunião, referindo-se aos processos que seriam relatados. Trata-se de matéria da prestação de contas dos Senhores Deputados - Verba de Representação de Gabinete - do exercício de 1988, que apresentada pelo Senhor Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, como Relator, no atendimento às disposições das Proposições n°s 117/84 e 84/87, conforme segue: Protocolo n° 11.706 do Senhor Deputado Acyr Mezzadri; Protocolo n° 11.707 do Senhor Deputado Alexandre Ceranto; Protocolo n° 11.708 do Senhor Deputado Algaci Túlio; Protocolo n° 11.709 da Senhora Deputada Amélia Hruschka; Protocolo n° 11.710 do Senhor Deputado Aníbal Khury; Protocolo n° 11.711 do Senhor Deputado Antônio Belinati; Protocolo n° 11.712 do Senhor Deputado Antônio Costenaro; Protocolo n° 11.713 do Senhor Deputado Antônio Martins Annibelli; Protocolo n° 11.714 do Senhor Deputado Antônio Bárbara; Protocolo n° 11.715 do Senhor Deputado Arleir Ferrari Júnior; Protocolo n° 11.716 do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão; Protocolo n° 11.717 do Senhor Deputado Basílio Zamusso; Protocolo n° 11.718 do Senhor Deputado Cândido Bastos; Protocolo n° 11.719 do Senhor Deputado David Cheriegate; Pro-

protocolo n° 11.720 do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato; Protocolo n° 11.721 do Senhor Deputado Djalma de Almeida César; Protocolo n° 11.722 do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa; Protocolo n° 11.723 do Senhor Deputado Eduardo Baggio; Protocolo n° 11.724 do Senhor Deputado Erondy Silvério; Protocolo n° 11.725 do Senhor Deputado Ezequias Losso; Protocolo n° 11.726 do Senhor Deputado Germote Kirinus; Protocolo n° 11.727 do Senhor Deputado Haroldo Ferreira; Protocolo n° 11.728 do Senhor Deputado Hermas Brandão; Protocolo n° 11.729 do Senhor Deputado Homero Oguido; Protocolo n° 11.730 da Senhora Deputada Irondi Pugliesi; Protocolo n° 11.731 do Senhor Deputado João Arruda; Protocolo n° 11.732 do Senhor Deputado José Alves dos Santos; Protocolo n° 11.733 do Senhor Deputado José Afonso Júnior; Protocolo n° 11.734 do Senhor Deputado José Domingos Scarpellini; Protocolo n° 11.735 do Senhor Deputado José Felinto; Protocolo n° 11.736 do Senhor Deputado José Rogério Carvalho; Protocolo n° 11.738 do Senhor Deputado José Tadeu Lúcio Machado; Protocolo n° 11.739 do Senhor Deputado Lauro Alcantara; Protocolo n° 11.740 do Senhor Deputado Lindolfo Júnior; Protocolo n° 11.741 do Senhor Deputado Luiz Alberto Martins Oliveira; Protocolo n° 11.742 do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti; Protocolo n° 11.743 do Senhor Deputado Luiz Carlos Caíto Quintana; Protocolo n° 11.744 do Senhor Deputado Neivo Beraldin; Protocolo n° 11.745 do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos; Protocolo n° 11.746 do Senhor Deputado Nereu Massignan; Protocolo n° 11.747 do Senhor Deputado Nestor Baptista; Protocolo n° 11.748 do Senhor

Deputado Nilton Barbosa; Protocolo n° 11.749 do Senhor Deputado Orlando Pessuti; Protocolo n° 11.750 do Senhor Deputado Paulino José Delazeri; Protocolo n° 11.751 do Senhor Deputado Paulo Furiatti; Protocolo n° 11.752 do Senhor Deputado Pedro Tonelli; Protocolo n° 11.753 do Senhor Deputado Pirajá Ferreira; Protocolo n° 11.754 do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva; Protocolo n° 11.755 do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo; Protocolo n° 11.756 do Senhor Deputado Raul Victor Lopes; Protocolo n° 11.757 do Senhor Deputado Rubens Bueno; Protocolo n° 11.758 do Senhor Deputado Sabino Campos; Protocolo n° 11.759 do Senhor Deputado Valderi Vilela; Protocolo n° 11.760 da Senhora Deputada Vera Agibert; Protocolo n° 11.761 do Senhor Deputado Werner Wanderer; Protocolo n° 11.763 do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti; Protocolo n° 11.837 do Senhor Deputado Mário Pereira. Após serem examinados os processos pelos membros da Comissão foi concluído que a matéria estava em condições de ser aprovada pela Comissão de Tomada de Contas, tendo o parecer favorável - APROVADO - por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados membros da Comissão e por mim, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) Deputado HERMAS BRANDÃO

Presidente

MARIA REGINA SUBTIL

Secretária